

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XIII - 6 DE ABRIL DE 2018

REFINO VOLTA A SER ALVO DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES

A venda de parte do refino voltou a ser assunto na imprensa na semana passada. Em matéria publicada na última semana, a Folha de São Paulo apurou que a Petrobrás estaria estudando a privatização de 25% da capacidade brasileira de refino, dividida em dois grandes blocos no Sul e Nordeste.

A princípio, a empresa teria deixado de lado a proposta inicial de vender refinarias do eixo Rio/Minas. No entanto, o modelo de vendas e as unidades a serem privatizadas ainda devem ser definidos pela companhia

nos próximos dias.

A entrega das refinarias faz parte do programa de desinvestimentos da Petrobrás e já havia sido anunciado anteriormente pelos próprios gestores da empresa. No ano passado, inclusive, foi falado aos petroleiros da Regap sobre a possibilidade de venda da unidade.

Com isso, a Petrobrás reduz ainda mais sua participação no mercado de combustíveis brasileiro - o que já vinha fazendo com a redução das cargas das refinarias em operação no País. Consequentemente, aumenta-se a



Refinaria Gabriel Passos, Betim, Minas Gerais

importação e garante maior rentabilidade às petrolíferas estrangeiras. A mesma estratégia tem sido adotada no pré-sal, com a Petrobrás abrindo mão de boa parte das áreas leiloadas pela ANP para serem arrematadas por multinacionais.

Regap comemora 50 anos



No último mês de março, a Refinaria Gabriel Passos completou 50 anos de operação em Minas. Ela foi inaugurada no dia 30 de março de 1968, durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Inicialmente tinha capacidade de 7.200 m³/dia e 45.000 barris/dia. Mas, ao longo das últimas décadas passou por obras e, hoje, sua capacidade de processamento é de 24.000 m³/dia ou 150.000 barris/dia.

**Com informações da Petrobrás*



Fotos: Banco de Imagens da Petrobrás.
Da esquerda para a direita:
(1) construção da Regap;
(2) vista aérea da Regap;
(3) inauguração da refinaria;
(4) Regap atualmente.



EDITORIAL

Lava Jato: dois pesos, duas medidas

Nos últimos anos, o espetáculo midiático envolvendo a Operação Lava Jato direcionou os holofotes da opinião pública para setores do Judiciário, da Polícia Federal e do Ministério Público. Alçados à posição de heróis nacionais na tarefa do combate à corrupção, vimos Dallagnóis, Janots, Carmens e Moros sendo afagados e estimulados pela grande imprensa a se portarem cada vez mais descaradamente como agentes políticos.

A atuação desses tais salvadores da pátria passou a extrapolar certos limites éticos e republicanos. O jejum de Deltan Dalagnol para pressionar o STF a decidir pela prisão de Lula é só mais um exemplo de como as instituições se transformaram em um show de calouros.

Para alguns, tudo vale para combater a tal da corrupção e fim de papo. Entretanto, são claras e recorrentes as situações em que STF, PF e MPF agiram de forma seletiva. Vale tudo pra todo mundo?

A liberdade dada para amigos de Temer, solicitada pelo MPF e acatada pelo STF, evidenciou por mais de uma vez como são contraditórios esses tais guardiões da moralidade. O que dizer sobre a atuação desses 'anjos da neutralidade' perante Aécio, Jucá, Moreira Franco, Padilha e Temer?

Não vale tudo para combater a corrupção se a nossa Justiça tem lado. Se o que queremos é democracia, não podemos admitir que a luta contra a corrupção seja usada como pretexto para eliminar ou inviabilizar grupos políticos. Para isso, temos outro nome: Estado de Exceção.

INFORMES

Prazo para recadastramento da AMS é até 20/05

Aposentados e pensionistas beneficiários da AMS devem realizar o recadastramento obrigatório até 20/05. Deverão ser recadastrados, além do titular, todos os seus dependentes inscritos na AMS.

O recadastramento deverá ser realizado exclusivamente através do Botão Compartilhado, pelo link: <http://servicoscompartilhados.petrobras.com.br> no serviço: Recadastramento Aposentados e Pensionistas.

Os beneficiários, público alvo dessa fase do Recadastramento, receberão correspondência com as orientações. Beneficiários que concluíram o recadastramento em fases anteriores (Plano K ou Empregados Ativos) em virtude de mudança de vínculo ou forma de pagamento, não necessitarão realizar novo recadastramento.

Cartões refeição/alimentação serão distribuídos internamente

A Petrobrás informou que 15% dos trabalhadores ainda não receberam o cartão de assistência alimentar em suas residências. Em documento, divulgado no dia 29/03, a empresa alegou que o envio teve início em fevereiro, porém devido a problemas com a entrega, realizada pela empresa Sodexo, alguns petroleiros ainda não receberam.

Os cartões estão sendo redistribuídos internamente, conforme lotação de cada empregado e disponibilizados em postos de atendimentos locais. De acordo com a empresa, o crédito de refeição/alimentação do mês de abril estará disponível antes da folha de pagamento do dia 25/04, data em que será carregado o crédito de maio.

Justiça revoga liminar do Sindipetro/MG contra a Petros

O juiz titular da 28ª Vara Cível de Belo Horizonte revogou de ofício, ou seja, espontaneamente, a liminar anteriormente obtida pelo **Sindipetro/MG** contra o plano de equacionamento da Petros relativo ao déficit do PP-1 (**processo: 5157049-17.2017.8.13.0024**).

A nova decisão, que a coordenação jurídica considera equivocada, foi proferida após o Sindicato apresentar petição denunciando o descumprimento da decisão por parte da Petros, solicitar a aplicação da multa diária fixada, a devolução dos descontos efetuados e, eventualmente, a prisão dos dirigentes da Petros, caso a empresa insistisse em descumprir a liminar, como vinha ocorrendo.

Isso porque, o Sindipetro/MG obteve liminar contra o equacionamento no dia 28 de fevereiro deste ano. A decisão foi protocolada na sede da Petros, no Rio de Janeiro, no dia 1º de março. No entanto, sob alegação de não ter sido oficialmente notificada, a empresa manteve o desconto das contribuições extraordinárias dos participantes do PP-1 em Minas.

Apesar de não ter sido oficialmente intimado sobre a revogação da liminar, o Departamento Jurídico do Sindipetro/MG já está preparando recurso cabível (Agravo de Instrumento) para apresentar ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2ª instância) nos próximos dias.



GOVERNO GOLPISTA ENTREGA PETRÓLEO A R\$ 0,84 O BARRIL

Novamente, as multinacionais de petróleo foram as grandes vencedoras da 15ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), no dia 29 de março. Foram arrematados 22 dos 68 blocos ofertados, todos em áreas marítimas e, só na Bacia de Campos, o preço médio do barril dos nove blocos leiloados saiu a R\$ 0,84.

A Petrobrás teve uma participação tímida, ficando com apenas sete blocos, sendo que seis deles em parceria com multinacionais: Exxon-Mobil (Estados Unidos), Statoil (Noruega), QPI (Catar) e Shell (Reino Unido). Somente a ExxonMobil levou mais oito promissores blocos de petróleo, avançando sobre as reservas do País, enquanto a Petrobrás perde o protagonismo no setor.

Do total de R\$ 8 bilhões que o governo arrecadou em bônus de assinaturas, R\$ 7,5 bilhões (93% do total), são referentes aos nove blocos da Bacia de Campos localizados na franja do pré-sal, cujas reservas estimadas são de pelo menos 6,3 bilhões de barris de petróleo.

Como ocorrido na 14ª Rodada, as multinacionais foram novamente apresentadas com áreas petrolíferas altamente produtivas e lucrativas. E o prejuízo para o País teria sido ainda maior, se o Tribunal de Contas da

União (TCU) não tivesse retirado do leilão os dois blocos mais valiosos.

Uma Ação Civil Pública da FUP tentou barrar o leilão na Justiça, denunciando os interesses escusos de Pedro Parente, que, além de ser sócio em uma empresa de consultoria de investimentos, ainda colocou na direção e no Conselho de Administração da Petrobrás executivos ligados à Shell e ao mercado financeiro.

Conselho de Administração

A Petrobrás anunciou na semana passada os oito nomes indicados pela União para compor seu Conselho de Administração. Também apresentou a proposta de ampliação no número de conselheiros, de sete para 11.

O atual CA da Petrobrás é composto majoritariamente por conselheiros diretamente ligados ao mercado financeiro. A nova lista de indicações aponta a possível intensificação da presença de interesses de companhias estrangeiras na empresa.

A proposta traduz como os interesses privados, financeiros e internacionais sistematicamente se impõem sobre os interesses públicos, industriais e nacionais, que deveriam orientar a ação de uma companhia que é patrimônio da população brasileira. A eleição dos conselheiros foi marcada para o dia 26 de abril.

CA da Petrobrás

Membros do colegiado que devem permanecer com novo mandato:

- Luiz Nelson Guedes de Carvalho, atual presidente do Conselho;
- Pedro Parente, presidente executivo da Petrobras;
- Francisco Petros Oliveira;
- Segen Farid Estefen;
- Jerônimo Antunes;

Indicações dos acionistas Leblon Ações Master FIA, Leblon Icatu Previdência FIM e Ataulfo LLC:

- Marcelo Mesquita, ligado ao mercado de capitais, representando os acionistas minoritários ordinários;
- Sônia Júlia Sulzbeck Villalobose, ligada ao mercado de private equity, representando os acionistas minoritários preferencialistas;

Representante dos trabalhadores eleito pela categoria):

- Christian Queipo, ligado à Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET);

Três novos indicados:

- Clarissa de Araújo Lins, sócia fundadora da consultoria Catavento, especializada em estratégia e sustentabilidade;
- Ana Lucia Poças Zambelli, presidente da empresa dinamarquesa Maersk Drilling até 2017;
- José Alberto de Paula Torres Lima, que atua há 27 anos como gestor de áreas estratégicas da Shell.

Petrobrás responde matéria do Sindipetro/MG sobre AMS

Doze dias após solicitação por parte do **Sindipetro/MG** e cinco dias após publicação da entidade, o gerente setorial de relações sindicais da Petrobrás, Maurício Lopes Ferreira, respondeu aos questionamentos apontados na edição XII do jornal O Petroleiro, de 29 de março.

Em resposta ao ofício do Sindicato, ele confirmou a suspensão do atendimento presencial da AMS em Minas Gerais, mas informou que a medida é temporária e ocorreu em razão do encerramento do contrato

com a empresa que prestava esse serviço. Informou ainda que está sendo realizado um processo licitatório para contratação de nova empresa, mas ainda sem previsão de conclusão.

Em relação à denúncia de que não há hospital credenciado em Betim, Maurício informou que está sendo negociado o credenciamento da AMS junto ao Hospital Mater Dei, ainda em fase de construção e com previsão de funcionamento a partir de 2019.

Já sobre a falta de acesso ao serviço de reembolso do programa Livre

Escolha, o gerente confirmou o problema e orientou a categoria a fazer a solicitação pelo e-mail: **postodeatendimento@petrobras.com.br** (cujo funcionamento também é precário, segundo denúncias publicadas).

Por fim, sobre a falta de acesso a outros serviços, como a inclusão de novos beneficiários e acesso à carterinha do plano, Maurício informou que os serviços estão funcionando e são prestados pelo Botão Compartilhado.



O QUE ESTÁ EM JOGO COM A VENDA DAS FAFEN'S?

Após mobilizações da categoria petroleira por todo País, a direção da Petrobrás suspendeu temporariamente o fechamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen's) da Bahia e de Sergipe.

A medida foi anunciada pelo presidente da Petrobrás, Pedro Parente, durante reunião no dia 27 de março no Congresso Nacional e deve durar por pelo menos 120 dias, a contar a partir de 30 de junho de 2018.

Durante esse período, um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes da Petrobrás, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (Fies), dos governos estaduais da Bahia e de Sergipe, além de representantes dos trabalhadores, deve buscar alternativas que viabilizem a manutenção das fábricas em operação.

No entanto, a medida é temporária e, além do mais, segue no plano da empresa a privatização das fábricas do Paraná e Mato Grosso do Sul - o que traz consequências sérias para a soberania nacional.

O fechamento das Fafen's levará ao fim um ciclo econômico virtuoso, tanto do ponto de vista da arrecadação de impostos, como no da geração de uma economia produtiva com fornecedores, prestadores de serviços, empresas que dão suporte à operação, e, principalmente, às diversas fábricas de fertilizantes que estão instaladas no entorno das Fafen's.

Além disso, a hibernação ou a venda de qualquer uma das unidades também provocará o fechamento de centenas de postos de trabalho e ameaça a soberania do Brasil na agricultura, uma vez que a produção de fertilizantes tem importância estratégica para o setor.

JUSTIFICATIVA

Ao anunciar a venda e hibernação das Fafens, a justificativa apresentada por Parente foi o prejuízo operacional apresentado pelas unidades em 2017 com previsão de resultados negativos



Petrobrás desiste de fechar as Fábricas de Fertilizantes da Bahia (Fafen-BA, foto acima) e de Sergipe (Fafen-SE).

para os próximos 12 anos.

No entanto, mais que um prejuízo localizado (e uma previsão futura realizada em um cenário de crise) é preciso lembrar o papel da Petrobrás como empresa nacional, que é impulsionar a economia e contribuir para o desenvolvimento do País.

E com a venda para empresas estrangeiras e o fechamento das unidades a produção agrícola nacional passaria a depender integralmente da importação de fertilizantes, o que faria do Brasil uma nação vulnerável e exposta a pressões internacionais, especialmente por ser um dos maiores exportadores agrícolas do mundo.

Atualmente, o País importa 90% dos fertilizantes potássicos, cerca de 50% dos fosfatados e 70% dos nitrogenados. O fechamento das Fafen's iria contra a soberania na agricultura - que era um dos pilares do governo anterior. Inclusive, havia em prática um plano de expansão dos negócios de fertilizantes no Brasil, com projetos em desen-

volvimento como a Fafen Uberaba, em Minas, e a Fafen MS, esta última com 85% das obras concluídas e paralisada desde 2014.

Com a entrada em operação dessas duas plantas, a participação das importações no mercado nacional de fertilizantes nitrogenados cairia de 70% para cerca de 5% já em 2018. Ou seja, o Brasil passaria a ser praticamente autossuficiente na produção desses insumos e com perspectiva de se tornar o maior produtor mundial de alimentos.

NEGOCIATA SUSPEITA

Logo após o anúncio de Parente, duas empresas estrangeiras se mostraram interessadas na compra das Fafen's PR e MS. No entanto, esse interesse levanta duas suspeitas. A primeira é: como uma empresa estrangeira se interessa por um mercado que dá prejuízo? E a segunda é: será que vão comprar as Fafen PR e MS para depois fechá-las?